

Aroldo Cedraz, ministro do Tribunal de Contas da União.

Coordenador do seminário Políticas Públicas e Mudanças Climáticas realizado em novembro de 2009 e relator das auditorias específicas sobre o tema aprovadas pelo TCU.

Quais são suas expectativas para a conferência de Copenhague*?

A minha expectativa como cidadão brasileiro é que os representantes do poder executivo levem a Copenhague uma proposta com metas definidas, embora isso não seja uma exigência do protocolo de Quioto. Porém, nós temos meios e formas de avançar nessa direção para que o Brasil possa cada vez mais se inserir de forma a liderar esse processo que exige de cada país mais esforços na área pública e privada, para que possamos no futuro diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

Qual o maior desafio para uma convivência harmoniosa com o meio ambiente?

O maior desafio é a diminuição de meios de produção e de produtos que contribuam de forma mais intensiva com a liberação de CO₂. Ao mesmo tempo, precisamos também direcionar as políticas públicas de maneira sincronizada, em relação ao meio ambiente, por meio do acompanhamento permanente por parte dos órgãos fiscalizadores. A diminuição dos índices de carbono na atmosfera não é apenas um dever do setor público, mas um compromisso que tem que estar na agenda e na vontade de cada cidadão.

O que falta para o governo incorporar o sentido de urgência na implementação de políticas públicas para tratar a questão ambiental?

O governo tem que incorporar uma gestão pública cada vez mais competente na aplicação dos recursos da União para que isso possa se constituir em exemplo em outros níveis de poder como os estados e os municípios. Isso deve ocorrer de maneira paralela à necessidade que temos de integrar essas ações e também em relação à qualificação de recursos humanos capazes de dar essa contribuição no setor público à gestão do meio ambiente.

Acha que a demora em definir metas concretas pode fazer o Brasil perder a oportunidade de ser líder mundial na questão?

Não tenho a menor dúvida e a oportunidade é agora em Copenhague. Até lá o governo tem que promover amplo entendimento da máquina pública e motivar a área privada para que a sociedade brasileira possa partilhar dessas decisões com o intuito de não deixar que esses compromissos fiquem apenas como uma proposta que ficará apenas no papel.

*A 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15) acontece de 7 a 18 de dezembro em Copenhague, na Dinamarca.